



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS**

**Contrato nº 529-13-CBMSC
Dispensa de Licitação nº 159-13-CBMSC**

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR / FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUMCBM, E DO OUTRO LADO A EMPRESA DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP.

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado Contratante, com recursos provenientes do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, inscrito no CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, representado neste ato pelo Senhor Coronel BM Luis Haroldo de Mattos, Diretor de Logística e Finanças - DLF, e de outro lado a empresa, **DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP.**, estabelecida na Rua Libório Francisco Goedert, 600, Vendaval, Biguaçu – SC, CEP Avenida Arno Carlos Gracher, 57, sala 109, centro, Brusque – SC, CEP 88.160-000, fone (48) 3066-1851 ou (48) 9986-2320, inscrita no CNPJ sob o nº 05.891.363/0001-88, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(sua) Representante, Jair Ângelo Dartora, portador do CPF nº 891.994.729-53, firmam o presente instrumento de contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

O presente Contrato tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DE SALAS NO COMANDO GERAL E DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS DO CBMSC**, produto(s) esse(s) adjudicado(s) à CONTRATADA em decorrência do(a) Dispensa de Licitação nº 159-13-CBMSC.

§1º A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§2º A prestação do serviço será realizado conforme especificações mínimas estabelecidas na proposta da empresa.

§3º São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO PREÇO, DOS REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO

Do Valor

I - O valor deste contrato é de R\$ 27.975,98 (vinte sete mil novecentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

Do Preço

II - O preço dos serviços serão praticados conforme valores especificados no Anexo Único.

Das Condições de Pagamento

§ 1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento e aceitação definitiva do(s) produto(s) pelo gestor do contrato, constada no verso da nota fiscal/fatura, respeitado ainda o cronograma de pagamento fixado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º A nota fiscal/fatura deverá ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no item HABILITAÇÃO (envelope de nº 1) do Edital, e constar em seu teor o número do empenho e/ou Autorização de Fornecimento, do contrato, do processo licitatório e o endereço da organização onde o produto for entregue, bem como ser emitida em favor da CONTRATANTE, CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, conforme uma das opções abaixo:

I - em nome do **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**; ou

II - em nome do **Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros**; ou

III - em nome do **FUMCBM**.

§3º O pagamento será liberado, caso o valor ultrapasse a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do estado em que for sediada a CONTRATADA, conforme Decretos Estaduais/SC nº 3.650, de 27 de maio de 1993 e nº 3.884, de 24 de agosto de 1993.

§4º A nota fiscal deverá vir acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso.

§5º A apresentação da nota fiscal contrariando as exigências enunciadas nos §§ 2º e 3º acima implica na suspensão do pagamento, gerando sua devolução para correção, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§6º Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§7º O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§8º Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

§9º O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

Da Atualização por Inadimplemento

§10º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores, poderão, se requeridos formalmente, ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21

de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I - O prazo de vigência deste instrumento é a partir da data da assinatura do contrato à 31 de março de 2014, sem prejuízo do prazo de garantia, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário.

II - O prazo de conclusão, do(s) serviço(s) adquirido(s) será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do presente contrato.

III - O(s) serviço(s) a serem realizados no Comando Geral, deverão ser prestados no(a) Rua Almirante Lamego 381, Bairro Centro, Florianópolis – SC, e os serviços a serem realizados na Torre da DLF, deverão ser prestados na Diretoria de Logística e Finanças, sito a Rua Santos Saraiva, 296, Bairro Estreito - Florianópolis-SC, CEP 88.070-100, no horário compreendido entre 08:00h e 1800h, observadas as seguintes condições:.

IV - A garantia dos objetos deste contrato contra quaisquer defeitos de fabricação, compreendendo, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, é de 3 meses, contados a partir do recebimento definitivo.

V - O prazo para prestar assistência técnica e concluir os reparos e/ou substituições é de no máximo 10 (dez) dias, a partir da comunicação de defeito feita pelo Contratante, devendo ser realizada no horário de expediente.

§1º - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados nos objetos contratados, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

§2º - O CONTRATANTE poderá autorizar a prorrogação do prazo final de entrega, desde que configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, CNPJ nº 14.186.135/0001-06 – Fonte 0111/0311, Subação 11844, Item Orçamentário 3.3.90.39.21.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA

I – Obriga-se a CONTRATADA:

- a) ao cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) a prestação do(s) serviço(s) contratado(s), em consonância com o processo licitatório e de acordo com as especificações constantes no Anexo Único deste instrumento, com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) entregar o(s) bem(ns) adquirido(s) no prazo especificado na Cláusula Terceira, bem como atender às determinações da CONTRATANTE;
- d) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do(s) bem(ns) adquirido(s), sem qualquer ônus adicional;
- e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- f) solicitar a prorrogação do prazo previsto na Cláusula Terceira até o vencimento, desde que justifique e comprove suas alegações; vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviado à empresa comunicado, por escrito, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias para regularização

- do fornecimento ou apresentação de defesa prévia;
- g) manter, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo licitatório;
- h) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo CONTRATANTE ao local de fornecimento do(s) objeto(s);
- i) a estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, tais como fretes, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;
- k) responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.
- l) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência do fornecimento;
- m) reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo constante na Cláusula Terceira, à partir da intimação, os bem(ns) que for(em) recusados por apresentarem-se danificado(s)/defeituoso(s), resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento, com prazos de validade vencidos, se for o caso, ou que estiverem em desacordo com o disposto na proposta. Aplica-se o disposto nesta alínea aos bem(ns) adquirido(s) que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções durante o período de garantia;
- n) responder pelos danos que porventura venha a ocasionar a equipamentos em razão da qualidade do(s) bem(ns) adquirido(s) ser(em) inadequado(s), sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
- o) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- p) arcar com o ônus, quando forem constatadas irregularidades, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Legislação de Defesa do Consumidor;
- q) fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
- r) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- s) retirar e entregar o(s) bem(ns) no(s) qual(is) será(ão) realizado(s) o(s) serviço(s) contratado(s) nos locais e horários determinados pela CONTRATANTE, as quais poderão ocorrer no período da manhã, noite ou em finais de semana, para que não haja interferência no expediente normal de trabalho, desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
- t) prestar os serviços de assistência técnica durante o período de garantia, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto;
- u) fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer componentes adicionais, necessários ao perfeito fornecimento do(s) bem(ns) adquirido(s);
- v) enviar ao CONTRATANTE, caso haja a necessidade de instalação do(s) bem(ns) adquirido(s), relação nominal e dados documentais de todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração na relação dos funcionários deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE;
- x) manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes, se for o caso;
- y) manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente, se for o caso;
- z) montar o(s) bem(ns) adquirido(s) e deixá-lo(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso, se for o caso;
- aa) emitir notas fiscais eletrônica, conforme determina a legislação vigente;

ab) outras obrigações específicas descritas na cláusula terceira e no item Especificações Mínimas do Anexo Único, se for o caso.

Da CONTRATANTE

II – Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de seus representantes;
- c) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a equiparação aos preços;
- e) efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecido na cláusula segunda.

§ 1º A assistência técnica durante o período de garantia deverá ser prestada em rede própria ou conveniada, ou em oficinas especializadas, credenciadas pela contratada para tal finalidade. Os custos de substituições de peças, exceto as consideradas de desgaste natural, os reparos e outras correções, inclusive os referentes a mão de obra, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

§ 2º O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato ou a ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 78 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento - AR, a fim de que seja providenciada a substituição e/ou regularização no prazo de 5 (cinco) dias; se o inadimplente apresentar no prazo sua defesa a parte prejudicada se manifestará sobre esta também no prazo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

§ 1º O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

- a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

a) por até 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

b) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

d) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no inciso II.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

V – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VIII - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, bem como não impede que concomitantemente sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

IX - A multa será descontada dos créditos da CONTRATADA ou por outra forma de cobrança administrativa ou judicial, se for o caso, e em ultrapassando os créditos do contrato, seu valor será atualizado e compensado financeiramente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação.

X - O atraso para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos.

XI - No caso da CONTRATADA não aceitar a ordem de fornecimento ou ocorrer qualquer atraso na entrega dos produtos, sem prévia e expressa justificativa, será considerado como recusa e,

independentemente das multas previstas nos itens anteriores, poderá, a critério da Contratante, dar causa ao cancelamento da notificação, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominações legais, podendo então os demais licitantes ser convocados por ordem de classificação enquanto houver conveniência para a Contratante.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência do Diretor da DLF, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção administrativa prevista no inciso IV, por força do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Administração, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes, o Edital do Dispensa de Licitação nº 159-13-CBMSC, à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - O gestor do contrato é o Soldado BM Ramon Maffioletti Tonelli, devendo solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidades e saldo para pagamento. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do gestor do contrato.

II - O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso I, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

§ 1º Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Caso o(s) bem(ns) não esteja(m) de acordo com os termos da proposta apresentada, será(ão) o(s) mesmo(s) devolvido(s).

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante na Cláusula Terceira, contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

§ 3º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 4º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§ 5º A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

§ 6º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 7º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§ 8º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2013.

LUIS HAROLDO DE MATTOS - Coronel BM
CONTRATANTE

JAIR ÂNGELO DARTORA
CONTRATADA

Testemunhas:

DIOGO MEDEIROS LEITE- Soldado BM
Auxiliar do Centro de Contratos e Convênios

LEONARDO G. DE NONOHAY Jr- Soldado BM
Auxiliar do Centro de Contratos e Convênios

ANEXO “ÚNICO” AO CONTRATO

1. QUADRO QUANTITATIVO

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DE SALAS NO COMANDO GERAL E DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS DO CBMSC	serviço	1	R\$ 27.975,98	R\$ 27.975,98

1. QUADRO QUANTITATIVO

Lote I – Serviço de Reforma de Salas no Comando Geral e Diretoria de Logística e Finanças			
Item	Especificação	Und	Qty
01	Retirada de forro de madeira sem reaproveitamento.	M ²	8,00
02	Demolição de contra piso concreto 8cm.	M ²	3,00
03	Demolição de alvenaria de tijolos furados.	M ²	1,80
04	Demolição de azulejos.	M ²	5,00
05	Retirada de aparelhos sanitários.	Und	1,00
06	Retirada de portas, janelas e caixilhos.	M ²	16,50
07	Retirada de telhamento de telha cerâmica.	M ²	50,00
08	Limpeza permanente da obra.	M ²	99,60
09	Mobilização de equipamentos para serviço em altura, até 12m.	Und	1,00
10	Alvenaria tijolo 6 furos 15cm.	M ²	2,00
11	Porta almofada de madeira c/ forra, vistas e ferragens.	M ²	1,70
12	Revisão de janela basculante de madeira.	M ²	1,50
13	Recuperação massa de vedação.	M ²	1,50
14	Ferragem para porta/janela vidro temperado.	Und	13,00
15	Vidro temperado 10mm colocado.	M ²	15,00
16	Recolocação de janelas.	Und	1,00
17	Joelho 90 PVC rígido soldavel 25mm.	Und	3,00
18	Te 90 PVC rígido soldavel 25mm.	Und	1,00
19	Luva soldavel e com bucha de latão 25mm.	Und	2,00
20	Tubo PVC rígido soldavel 25mm.	M	10,00
21	Cobertura com telha francesa.	M ²	50,00
22	Cumeeira para telha francesa.	M	14,00
23	Revisão da estrutura para telha francesa.	M ²	50,00
24	Soleira de granito 15cm.	M	2,10
25	Rodapé cerâmico 7,0cm com argamassa colante.	M	41,00

26	Chapisco e reboco desempenado.	M ²	5,00
27	Forro de PVC com estrutura metálica.	M ²	8,00
28	Limpeza de alvenaria p/ pintura.	M ²	350,00
29	Massa acrílica para interior e exterior.	M ²	20,00
30	Pintura acrílica 2 demãos.	M ²	350,00
31	Pintura esmalte sintético superf. Metálica 2 demão + fundo.	M ²	10,00
32	Forro lambri de madeira.	M ²	16,00
33	Pintura esmalte sintético sobre madeira 2 demãos + fundo.	M ²	16,00

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

2.1. Lote I – Item 001 – Retirada de forro de madeira sem reaproveitamento:

2.2.1. Será feita a remoção forro de madeira, feita por profissionais habilitados, com devido encaminhamento final para os entulhos gerados.

2.2. Lote III – Item 002 –Demolição de contra piso concreto 8cm:

2.2.1. Demolição manual com auxílio de ferramentas para concreto de até 8cm.

2.3. Lote I – Item 003 –Demolição de alvenaria de tijolos furados:

2.3.1. Demolição manual com auxílio de ferramentas para parede rebocada de tijolos cerâmicos furados.

2.4. Lote I – Item 004 –Demolição de azulejos:

2.4.1. Demolição manual com auxílio de ferramentas para ajulejos assentados em parede de alvenaria.

2.5. Lote III – Item 005 –Retirada de aparelhos sanitários:

2.5.1. Remoção de torneira e balcão com pia.

2.5.2. Isolamento do ponto de água da torneira, utilizando tampão de PVC para tubos.

2.6. Lote I – Item 006–Retirada de portas, janelas e caixilhos:

2.6.1. Remoção manual com auxílio de ferramentas, completa das esquadrias, com devido encaminhamento final para os entulhos gerados.

2.7. Lote I – Item 007 –Retirada de telhamento de telha cerâmica:

2.7.1. Remoção manual com auxílio de ferramentas, de todo o telhamento da cobertura, composta de telhas cerâmicas, com devido encaminhamento final para os entulhos gerados.

2.8. Lote I – Item 008 –Limpeza permanente da obra:

2.8.1. Deverá ser removido todo o entulho existente, sendo cuidadosamente limpos todos acessos, havendo particular cuidado em remover salpicos de argamassa e tintas.

2.8.2. Serão lavados convenientemente os pisos bem como os revestimentos, vidros, ferragens e metais.

2.9 Lote I – Item 009 –Mobilização de equipamentos para serviço em altura, até 12m:

2.9.1. Os serviços executados em altura superior a 1,50m, deverão seguir as normas vigentes de segurança para trabalhos em altura, como a NBR-6494 Segurança nos Andaimos.

2.10 Lote I – Item 010 –Alvenaria tijolo 6 furos 15cm:

2.10.1. Deverão ser obedecidos os alinhamentos, dimensões e espessuras do resto da edificação, a serem assentes com argamassa de cimento, areia e cal – traço 1:5:0,20.

2.10.2. As vergas sobre os vãos das janelas e portas e nas partes inferiores das janelas serão executadas em concreto pré-moldado 10 x10 cm ,Fck 20 Mpa.

2.11. Lote I – Item 011 –Porta almofada de madeira c/ forra, vistas e ferragens:

2.11.1. Todos os batentes e esquadrias internas e externas serão em madeira de lei, nas dimensões padronizadas e receberão acabamento em esmalte sintético.

2.12. Lote I – Item 012 –Revisão de janela basculante de madeira:

2.12.1. Deverá ser realizada a manutenção da esquadria de madeira rolocada, mantendo o bom funcionamento de todas as suas partes.

2.13. Lote I – Item 013 –Recuperação massa de vedação:

2.13.1. A massa de vedação dos vidros na esquadria de madeira que estiver deteriorada, deve ser removida e substituída.

2.14. Lote III – Item 014 –Ferragem para porta/janela vidro temperado:

2.14.1. Todas as ferragens para esquadrias serão de metal, acabamento polido, inteiramente novas, em perfeitas condições de funcionamento e acabamento; as dobradiças, serão suficientemente robustas, de forma a suportarem, com folga o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

2.15. Lote I – Item 015 – Vidro temperado 10mm colocado:

2.15.1. As janelas e portas externas da torre, serão em vidro temperado fumê de 10 mm.

2.16. Lote III – Item 016 – Recolocação de janelas:

2.16.1. Para a Fixação das esquadrias de madeira serão empregados tacos de madeira de lei. Sobre todas as portas e janelas deverão existir vigas armadas conforme o tamanho do vão, com no mínimo duas barras de aço Ø6,3mm, apoiadas em pelo menos 20cm em cada lado do vão.

2.17. Lote I – Item 017 – Joelho 90 PVC rígido soldavel 25mm:

2.17.1 Nas ligações das tubulações de PVC rígido, deverá se empregar solução limpadora antes da aplicação do adesivo.

2.17.2. Todas as tubulações deverão ser testadas antes do recobrimento destas, devendo as mesmas permanecer cheias de água até o final da construção.

2.17.3. Deverão ser respeitados rigorosamente os detalhes e normas da ABNT e CASAN.

2.17.4. Toda a tubulação será executada com tubos e conexões de PVC rígido tipo soldável. As tubulações sanitárias enterradas deverão ter um caimento de no mínimo 2% para tubulações até 100 mm.

2.18. Lote I – Item 018 – Te 90 PVC rígido soldavel 25mm:

2.18.1 Nas ligações das tubulações de PVC rígido, deverá se empregar solução limpadora antes da aplicação do adesivo.

2.18.2. Todas as tubulações deverão ser testadas antes do recobrimento destas, devendo as mesmas permanecer cheias de água até o final da construção.

2.18.3 Deverão ser respeitados rigorosamente os detalhes e normas da ABNT e CASAN.

2.18.4 Toda a tubulação será executada com tubos e conexões de PVC rígido tipo soldável. As tubulações sanitárias enterradas deverão ter um caimento de no mínimo 2% para tubulações até 100

mm.

2.19. Lote I – Item 019 – Luva soldável e com bucha de latão 25mm:

2.19.1 Nas ligações das tubulações de PVC rígido, deverá se empregar solução limpadora antes da aplicação do adesivo.

2.19.2. Todas as tubulações deverão ser testadas antes do recobrimento destas, devendo as mesmas permanecer cheias de água até o final da construção.

2.19.3. Deverão ser respeitados rigorosamente os detalhes e normas da ABNT e CASAN.

2.19.4. Toda a tubulação será executada com tubos e conexões de PVC rígido tipo soldável. As tubulações sanitárias enterradas deverão ter um caimento de no mínimo 2% para tubulações até 100 mm.

2.20. Lote I – Item 020 –Tubo PVC rígido soldável 25mm:

2.20.1 Nas ligações das tubulações de PVC rígido, deverá se empregar solução limpadora antes da aplicação do adesivo.

2.20.2. Todas as tubulações deverão ser testadas antes do recobrimento destas, devendo as mesmas permanecer cheias de água até o final da construção.

2.20.3. Deverão ser respeitados rigorosamente os detalhes e normas da ABNT e CASAN.

2.20.4 Toda a tubulação será executada com tubos e conexões de PVC rígido tipo soldável. As tubulações sanitárias enterradas deverão ter um caimento de no mínimo 2% para tubulações até 100 mm.

2.21 Lote I – Item 021 – Cobertura com telha francesa:

2.21.1. A cobertura será executada em forma de quatro águas, sendo que serão utilizadas tesouras de madeira aparelhada, devidamente dimensionadas, fixadas sobre alvenaria, mantendo o vão e altura já executados.

2.21.2. O telhamento será com telha cerâmica tipo francesa.

2.22. Lote I – Item 022 – Cumeeira para telha francesa:

2.22.1. Deverá ser instalado no cume de encontro das águas do telhado, peças cerâmicas para cumeeira de telhas cerâmicas tipo francesa.

2.23. Lote I – Item 023 – Revisão da estrutura para telha francesa:

2.23.1. A estrutura de madeira será revisada, devidamente estruturada para agüentar o esforço sobre elas.

2.23.2 Será utilizada madeira de boa qualidade sendo que durante sua execução, a fiscalização se reserva o direito de refugar madeira de má qualidade. É vetada a utilização de madeira de pinus.

2.24. Lote I – Item 024 – Soleira de granito 15cm:

2.24.1. Deverá ter espessura de no mínimo 2,5cm.

2.24.2. Fixada com argamassa colante.

2.25. Lote I – Item 025 – Rodapé cerâmico 7,0cm com argamassa colante:

2.25.1. Toda área interna da Corregedoria do Comando Geral será revestida com rodapés cerâmicos, assentados com argamassa pré- fabricada própria para pisos internos, devidamente rejuntados.

2.26. Lote I – Item 026 – Chapisco e reboco desempenado:

2.26.1 Chapisco: o traço para o chapisco deverá ser de 1:3 com cimento e areia grossa, ou seja, a que passa na peneira 4,8mm e fica rebita na 2,4mm, e será aplicada na parede limpa a vassoura e

abundantemente molhada com esguicho de mangueira.

2.26.2 Emboço: os emboços só serão iniciados após completa pega de argamassa das alvenarias e chapisco, e depois de embutidas todas as canalizações que por ele devam passar. A superfície deverá ser molhada como anteriormente descrito. Os emboços serão fortemente comprimidos contra as superfícies e apresentarão parâmetro áspero para facilitar a aderência. A espessura do emboço não deve ultrapassar a 15 mm.

2.27. Lote I – Item 027 – Forro de PVC com estrutura metálica:

2.27.1 O forro do vão central da cobertura da torre, será executado de PVC com comprimento do ambiente e largura de 10cm.

2.28. Lote I – Item 28 – Limpeza de alvenaria p/ pintura:

2.28.1 A alvenaria a ser pintada deverá ser regularizada e limpa, com lavadora de alta pressão.

2.29. Lote I – Item 029 – Massa acrílica para interior e exterior:

2.29.1. A imperfeições da alvenaria existente deverá receber acabamento em massa corrida acrílica.

2.30. Lote I – Item 030 – Pintura acrílica 2 demãos:

2.30.1. Na cor escolhida, em duas demãos, em todas as alvenarias internas.

2.30.2. As cores serão definidas pelo proprietário em comum acordo com o responsável técnico.

2.31. Lote I – Item 031 – Pintura esmalte sintético superf. Metálica 2 demão + fundo:

2.31.1. Em duas demãos sobre fundo antioxidante, na cor escolhida, em todas as superfícies metálicas da escada da torre.

2.31.2. As cores serão definidas pelo proprietário em comum acordo com o responsável técnico.

2.32. Lote I – Item 032 – Forro lambri de madeira:

2.32.1. Todos os forros de madeira serão com lambris de cedrinho mesclados, devidamente lixados e afixados a estrutura do telhado, inclusive os beirais.

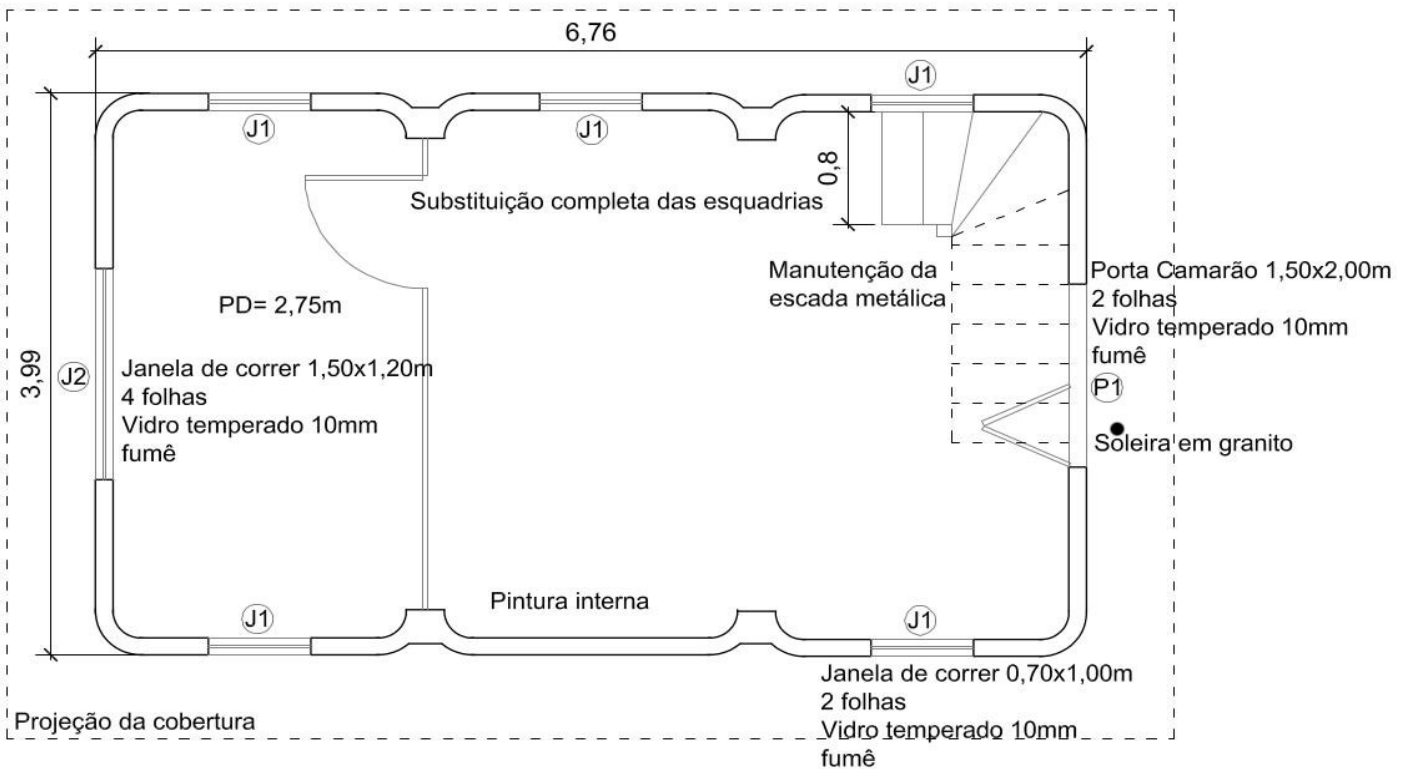
2.33. Lote I – Item 033 – Pintura esmalte sintético sobre madeira 2 demãos + fundo:

2.33.1 Antes de aplicar a tinta deve-se corrigir falhas da madeira, bem como lixa-la a fim de se obter uma superfície mais homogênea, e com melhor acabamento.

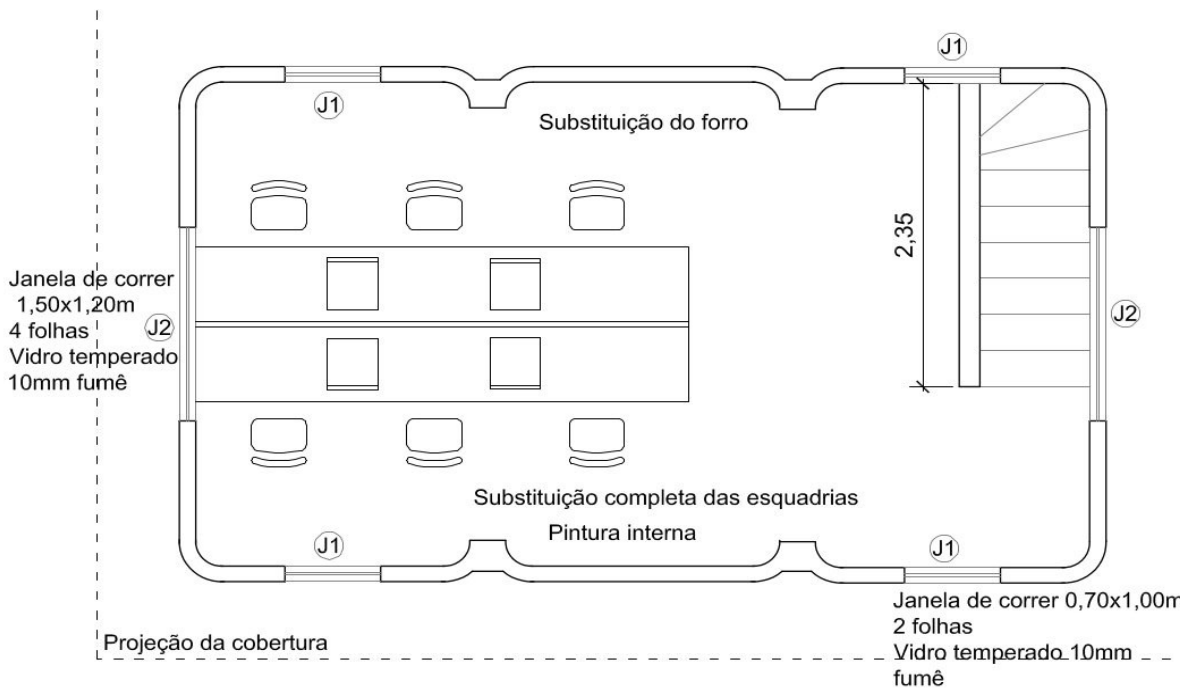
2.33.2. As cores serão definidas pelo proprietário em comum acordo com o responsável técnico.

REFORMA DA TORRE DA DLF ESTREITO

Folha 01/03



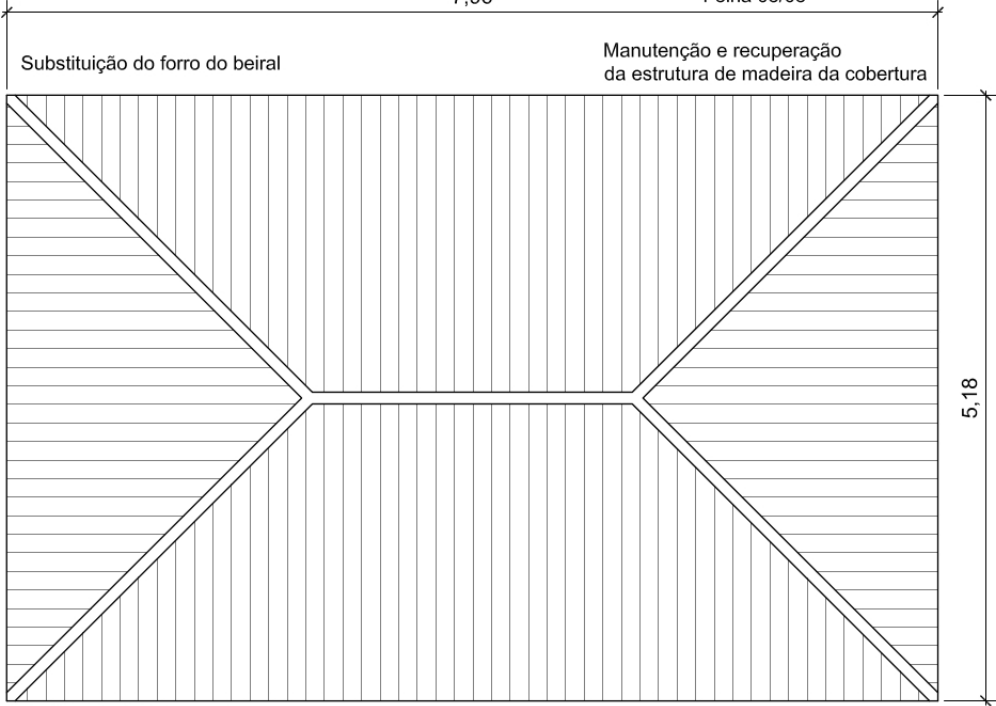
Planta Baixa 1º Pav.
Esc.: S/E



Planta Baixa 2º Pav.
Esc.: S/E

REFORMA DA TORRE DA DLF ESTREITO

7,96 Folha 03/03

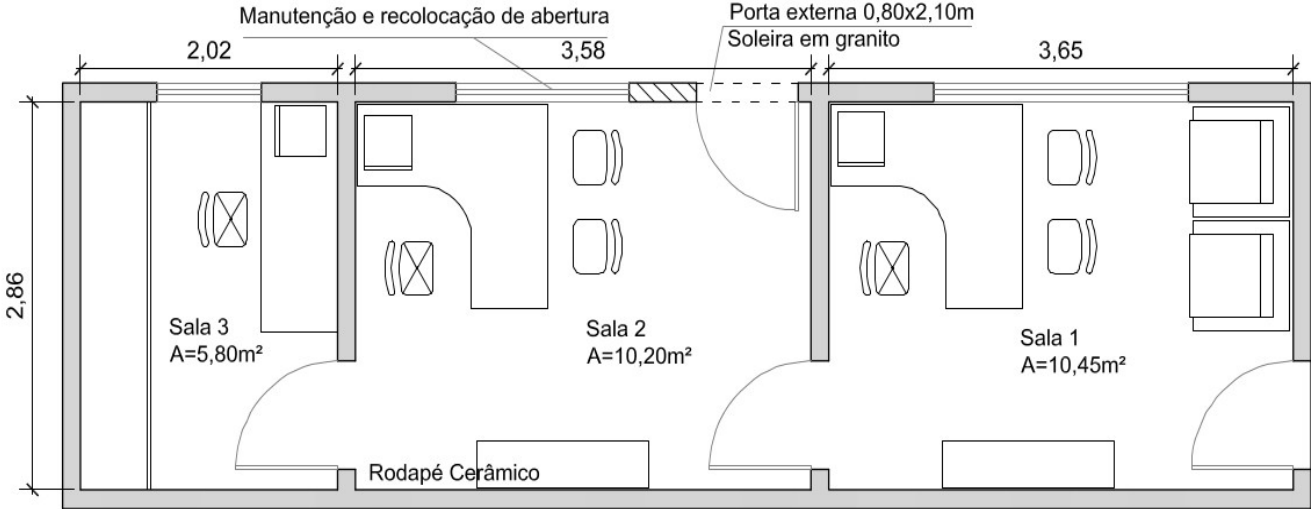


Substituição de telhamento
Telha Cerâmica Francesa

Planta de Cobertura
Esc.: S/E

REFORMA DA CORREGEDORIA NO CMDO G

Folha 01/01



Sala 3
A=5,80m²

Sala 2
A=10,20m²

Sala 1
A=10,45m²

Rodapé Cerâmico

Legenda de Fechamentos	
	Parede existente
	Parede nova, Alvenaria tijolo 6 furos
	Parede a ser removida

Planta Baixa
Esc.: S/E